

Prefácio

Sejam bem-vindas as pesquisas em psicanálise orientadas pela geopolítica que marca a experiência humana. Seja especialmente bem-vinda uma clínica em psicanálise que assuma essa orientação como condição incontornável da sua realização. Seja bem-vindo o livro que o leitor tem em mãos: testemunho vivo de esforços de articulação entre os termos da adolescência e do território à clínica e à época, que, quando tomada na ordem do acontecimento, imprime direcionamento ético-político ao fazer do psicanalista.

Há algum tempo, nós, psicanalistas, interessamo-nos em investigar as relações entre sujeito e época. Repetimos à exaustão a orientação de Lacan em nossos textos: “Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (Lacan, [1953] 1998, p. 321). Com essa direção, alguns de nós nos lançamos em ações clínicas sobre os territórios anteriormente não imaginados como espaços possíveis para uma psicanálise acontecer (Clínicas de Borda, 2023) e invertemos a questão: estaria a psicanálise em condição de responder a tais realidades experienciais? Se sim, como?

Esse “como” inclui dimensões fundamentais da clínica que são profundamente conectadas, interdependentes, mas que não se sobrepõem. Foi preciso dar conta da dimensão material do acontecimento clínico:

as questões do lugar/espço físico do atendimento e do pagamento entraram em jogo e foram repensadas para sustentar as experiências transferenciais nas quais nos lançávamos, e essas experiências, por sua vez, despertavam questões que demandavam que revisitássemos as nossas ideias e concepções sobre o que impacta e decide a constituição da subjetividade. A essa altura, já estava claro: se não pudéssemos operar essa volta, corríamos o risco de reproduzir o problema que pretendíamos enfrentar, qual seja, a patologização da vida e, principalmente, a sua versão mais comumente invisibilizada, a patologização da pobreza (expressão que apenas aponta para a complexidade da questão em jogo).

Retomo essa história para situar que não é de hoje que a pergunta que organiza este livro acompanha o fazer de uma psicanálise que se incomoda (Guerra, 2022). De diversas formas, ela tem se tornado uma orientação partilhada por aqueles que se dedicam à realização e à teorização do fazer analítico nas bordas dos mundos. Sustentá-la, porém, nos contornos da experiência adolescente traz outros tensionamentos para o debate. Nessa condição, as questões pelas quais temos nos interessado assumem seus tons e seus desvios (isso que chamamos de inflexões).

A clínica psicanalítica com adolescentes na geopolítica pós-colonial tece suas interrogações de uma maneira decidida: não se pergunta **se** as respostas do sujeito são afetadas pela trama pós-colonial que marca seu lugar no mundo. Ao contrário, e considerando os elementos teóricos e clínicos que a psicanálise nos oferece – e que vou resumir aqui com a sentença-guia, “o sujeito se constitui na relação com o Outro” –, os textos aqui reunidos se interessam em discutir como tal afetação se processa (o que ela processa no sujeito) e, principalmente, no que podemos apoiar nossas intervenções clínicas.

Para fazer clínica em psicanálise, sabemos todos, é necessário escutar (com o sujeito) de que maneira e por quais caminhos ele, o sujeito, se produz como resposta ao que recebe do Outro; é dali que ele encontrará o seu quinhão possível de liberdade, a sua liberação, para inventar suas respostas. O que por muito tempo não consideramos – no sentido de que não tematizamos ou não discutimos mais decididamente – é que esse Outro não é e nunca foi entendido por Lacan como universalizável. O Outro simbólico tem endereço e, ao situar o sujeito na filiação, traz consigo a dimensão da história, invariavelmente contingenciada, daquele que “vem chegando na linguagem” (Katz, 2024).

Se essa contingência se realiza no “interesse específico” e no “nome vetor” agenciados pelas funções materna e paterna (Lacan, [1969] 2003), é necessário lembrar que o exercício de tais funções é sustentado pelas pulsões, o que, por sua vez, situa o sujeito no laço com o Outro e o livra da virtualização na linguagem.

Mais além (ou aquém – mas, certamente, mais ainda), o Outro diante do qual o sujeito se constitui como resposta guarda um lugar para esse sujeito. E esse lugar é invariavelmente tecido por combinações que incluem a história familiar e os marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência que sustentam a experiência do sujeito e também a daqueles que o recebem (isso que chamamos de família) no laço social.

A adolescência, como acontecimento lógico, funda para o sujeito – que se inaugura na relação com os significantes que vêm do Outro – mais um tempo de separação. Separação essa que, também em termos lógicos, institui-se pela leitura, por parte do sujeito, dos termos da sua

alienação ao campo do Outro. Vale lembrar que separar não quer dizer apagar, mas sim assumir posição diante de, responsabilizar-se por. Nesse sentido, o sujeito reedita sua resposta: aceita ou recusa o que lhe vem do Outro, e, nesse compasso, necessariamente o transforma e transforma-se. Ao considerarmos o movimento dialético que esse ato engendra, é possível dizer que o sujeito, no tempo da adolescência, ao formular as suas respostas, reescreve-se como resposta ao Outro – demonstrando com esse movimento, inclusive, que o sujeito nunca para de se constituir (Katz, 2024).

Considerar, então, a lógica da adolescência recoloca as questões de âmbito ético-político à psicanálise. É a pergunta que o livro se faz e que Andréa Guerra anuncia em sua apresentação – “como os adolescentes respondem inconsciente e politicamente ao discurso de sua época? E como o mundo adulto intervém aí?” – para, em seguida, direcionar a atualidade do debate – “Como escutar clinicamente esses adolescentes sem considerar sua adesividade aos nomes do pior, que restringem seu campo simbólico e semântico, assim como territorial e de vida? Como não ouvir o silêncio racializado pela branquitude nos dispositivos públicos de saúde, educação, assistência social e socioeducação? Como incluir na escuta clínica essa estrutura neo-colonial? Como, enfim, enquanto psicanalistas, pensar nossa práxis a partir destas considerações?”.

A abordagem clínica das experiências adolescentes referidas no livro como pós-coloniais – experiências que se fundam sob os significantes da segregação –, por todas as razões acima apresentadas, não pode excluir a abordagem desses termos, de modo a oferecer condições para que o sujeito os leia e os interprete. Sabemos, porém, que, na condição de analistas, só seremos capazes de sustentar essa

operação se reconhecermos a dimensão geopolítica como determinante da subjetivação. E sabemos também, sob a mesma condição de analistas, que a interpretação, a localização e a valoração desses termos é o trabalho do sujeito de, na condição de analisante, torná-los próprios. Cabe, portanto, uma operação de separação – de desalienação – dos significantes que conformam o sujeito ao campo do Outro. Venham esses significantes de discursos que o capturam ou de discursos que o sustentam, no caminho de uma análise, o sujeito vai separar seus elementos, instabilizar conexões (vai fazer vacilar o par S1-S2), para, como já foi dito, aceitar esses significantes numa possível nova ordem relacional, ou, quem sabe, para recusá-los. Nesse balanço, ao reordenar seus termos, vai transformá-los e, necessariamente, transformar-se. Ao analista, cabe sustentar esse percurso desde o seu lugar-função (Petri, 2008).

É assim, sob tal tensionamento, que podemos armar as condições de uma análise acontecer nos mais diversos desenhos de *settings* que inventarmos para torná-la acessível a quem sofre e quer falar disso. E é assim também que a clínica da psicanálise se realiza como acontecimento orientado pela política da psicanálise: a distribuição do poder que toda experiência de separação abre como possibilidade.

Com o objetivo de introduzir esse livro, não posso deixar de mencionar que, desde que se sabe que a adolescência não coincide necessariamente com a puberdade, desde que ela foi inventada, a lógica do seu acontecimento incide, também, sobre a dinâmica de alienação e separação. A redistribuição do poder é, afinal, a reivindicação da resposta adolescente à época. Silenciar tal reivindicação, venha de onde vier o adolescente que interroga a si e ao Outro sobre seu lugar, é, certamente, agir contra a transformação. Escutá-la, porém,

parece importante dizer, não é, e nunca foi, obedecê-la (repetindo a alienação em novos termos). Silenciamento e obediência, sabemos, dificultam a dialetização dos termos que se jogam entre o sujeito e o Outro, e é por isso que a transferência aqui precisa, efetivamente, dar lugar ao saber que está do lado de quem fala sobre si e sobre o mundo que habita.

Nesse caminho, entendo, uma psicanálise se articula interseccionalmente com outros dispositivos discursivos que, na experiência neocolonial, discutem e, cada um à sua maneira, disputam o poder concentrado nos discursos hegemônicos – sempre desenvolvimentistas (que supõem a adolescência como uma fase do desenvolvimento humano ainda inacabado) e universalistas (que interpretam todas as experiências adolescentes com a mesma chave de leitura).

O livro que o leitor tem em mãos é, antes de tudo, um convite para que possamos considerar caminhos pelos quais uma psicanálise pode contribuir para que o sujeito, marcado e localizado pelos significantes da segregação, possa se situar em termos próprios, **radicalizando a condição de colonizado pela força contra-hegemônica de liberação** – força essa que, sabemos, a experiência de uma análise, ao incidir sobre a alienação do que foi designado para o sujeito no campo do Outro, pode constituir.

É como diz a canção: “Enquanto os homens exercem seus podres poderes / Índios e padres e bichas, negros e mulheres / E adolescentes fazem o Carnaval” (Podres poderes, 1984). Que na condição de psicanalistas, possamos nos fazer acompanhar da reivindicação tão própria da adolescência que clama, na dimensão da sua experiência, pela transformação do já estabelecido. Que sejamos capazes de nos

somar àqueles que “velam pela alegria do mundo”, e, com eles, enfrentar a segregação e suas formas de fazer sofrer.

Boa leitura!

Ilana Katz¹

1 Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) com a tese: *Alfabetização: perspectivas da articulação sujeito e escrita* (2011) e pós-doutora pelo departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Participa da Rede de Pesquisa Saúde Mental Criança e Adolescente (RePesq SMCA), é conselheira do Instituto Cáue – Redes de Inclusão e do Projeto Redes do médio Xingu e assessora de cuidado no Micélio – um programa de coformação de jornalistas-floresta da plataforma Sumaúma. E-mail: ilanakatz1970@gmail.com

Referências

CLÍNICAS DE BORDA. **Coleção clínicas de borda**. São Paulo: n-1 Edições, 2023.

GUERRA, Andréa Máris Campos. Manifesto por uma psicanálise decolonizada. *In*: GUERRA, Andréa Máris Campos (org.). **O mundo e o resto do mundo**: antíteses psicanalíticas. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

KATZ, Ilana. Criança como método para ler Lacan. **Traço**: Revista de Psicanálise do Instituto Gerar, São Paulo, nov. 2024.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 238-324. Trabalho original publicado em 1953.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. *In*: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 369-370. Trabalho original publicado em 1969.

PETRI, Renata. **Psicanálise e infância**: clínica com crianças. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

PODRES poderes. [Compositor e intérprete]: Caetano Veloso. *In*: VELÔ. Caetano Veloso. Rio de Janeiro: Polygram/Philips, 1984. 1 CD.